

MAR 2024
VOL. 008

Aqui há futuro!

INSPIRA A MUDANÇA

entrevista

Liliana Reis

O etnocentrismo de que muitas vezes temos sido acusados na Europa não poderá turvar a visão que temos do Ser Humano.

índice

4. É HORA DE ACREDITAR

FERNANDO SANTOS

5. COMO VENCER O POPULISMO

JOÃO ANNES

6. A PARTICIPAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA PERMANENTE

ANA VIEIRA

8. ENTREVISTA

LILIANA REIS

14. UM PROGRAMA DE AMBIÇÃO

ARTUR LIMA

16. IT'S THE ECONOMY, STUPID!

MÓNICA CORREIA

18. LIVROS

O MEU SÁ CARNEIRO

19. PELOS CAMINHOS DE...

PORTO SALVO

19. CARTOON - O CONDE E O MARQUÊS

SENHOR PATINHOS

20. O NOVO SIMPLEX URBANÍSTICO

PEDRO FONSECA

"Toda a sociedade que não é esclarecida por filósofos é enganada por charlatães."

Nicolas de Condorcet



ALIANÇA DEMOCRÁTICA

MUDANÇA SEGURA

PROGRAMA ELEITORAL

AD 2024



editorial

É hora de ACREDITAR



FERNANDO SANTOS
POLÍTICO

No próximo dia 10 de Março realizam-se as eleições legislativas que vão determinar a composição da próxima Assembleia da República. Como tal, o editorial desta edição da Inspira a Mudança não poderia fugir a este tema.

A associação Aqui há Futuro! tem no seu ADN e também nos seus estatutos, a divulgação e consolidação da social-democracia na sociedade Portuguesa. Por isso, desde a sua constituição, a 26 de Abril de 2022, a Aqui há Futuro! tem sido incessante nas iniciativas de carácter cívico e político no concelho de Oeiras, quer

através da criação de equipas de especialistas com vista à análise e preparação de relatórios técnicos, como por exemplo na proposta de revisão do PDM de Oeiras, na análise ao Orçamento e as Grande Opções do Plano do Município de Oeiras, na organização de debates online, visitas temáticas a localidades e coletividades, ou na organização de encontros com os social-democratas do nosso território.

Mas, sobretudo, tem sido através da divulgação periódica da revista Inspira a Mudança, lançada pela primeira vez em Dezembro de 2022, que temos materializado estes temas, sempre com total transparência e com a liberdade que nos caracteriza.

Desta nossa forma crítica e inconformada de debater os problemas que atingem o nosso

concelho e o nosso país, resultaram inúmeras propostas e reflexões que consubstanciam o espírito reformista e humanista que caracterizam a social-democracia Portuguesa.

Neste momento em que o país inteiro vai a votos, este é o nosso singelo contributo para o crescimento do PSD a nível local, e para o envolvimento da sociedade civil nesta causa tão nobre que é a política, principalmente numa altura em que o país inteiro clama por mudança.

E, como tal, não poderia deixar de agradecer às dezenas de cidadãos que, ao longo destes 15 meses, contribuíram para a construção deste espólio de conhecimento, que muito nos honra, e que mais não é senão a nossa forma de ajudar o Dr. Luis Montenegro e o Partido Social Democrata a vencerem todas as eleições no concelho de Oeiras.

Esta é a hora! **A hora de acreditar em PORTUGAL!** 

política

Como vencer o populismo



JOÃO ANNES

A nossa consciência coletiva tem a fantástica capacidade de olhar seletivamente para a história e escolher a chamada nostalgia do passado como a principal referência. Contudo, um olhar mais analítico ao passado mostra-nos, com uma certa facilidade, que o presente é bem melhor que qualquer passado. E quanto maior for a amplitude histórica, mais esta afirmação é verdadeira.

Basta, por exemplo, olharmos para três simples indicadores: a redução para níveis mínimos de mortes à nascença, graças ao Serviço Nacional de Saúde, a erradicação das barracas na viragem do milénio e as taxas de alfabetização.

No ano em que celebramos 50 anos do 25 de Abril, estes factos, mostram como é diferente a vida hoje em Portugal e de como os portugueses vivem melhor.

O problema é que vivem melhor, mas muitos ainda vivem com dificuldades. E por terem mais capacidade de perceberem a realidade, sentem essas dificuldades com maior sentimento de injustiça.

E quando essa injustiça é projetada por sectores que são pilares da democracia, o sentimento transforma-se em revolta e o voto, a arma do povo, tem tendência para ser usado apenas como protesto e não como um instrumento democrático de consciência.

Nos últimos meses, temos assistido progressivamente à manifestação de descontentamento de sectores fundamentais da nossa democracia. Na educação, na saúde, na justiça, nas forças de segurança e, agora, de forma, mais subtil, nas forças armadas, os profissionais deram todos os sinais necessários sobre os problemas que os afetam. Contudo, como sempre, há aproveitamentos a montante ou a jusante para subverter o essencial da questão e retirar disso dividendos menos claros, como capitalizar na demagogia do descontentamento generalizado e tentar que isso se exprima no tal voto de protesto.

Mas não podemos confundir aquilo que é a bondade das razões para a contestação com o eventual aproveitamento indevido que é feito dessa contestação, porque isso semeia, ainda mais, o medo no seio de uma sociedade que já está perigosamente afetada pela exacerbação das fake news, das redes sociais sem contraditório e de uma comunicação social com cada vez menos recursos para fazer o fact-check.

Com a moderação e assertividade que se exigem, o próximo governo de Portugal deve focar a sua atuação na resolução dos problemas destes setores, sem se deixar perturbar pelo ruído mediático e dos populismos dos extremos.

O melhor combate aos populismos faz-se resolvendo as questões de fundo, unindo o que esta dividido, e contrapondo às pressões imediatistas uma visão estratégica, moderada e personalista, com foco em resultados e na sua comunicação ao povo português.

A bem de Portugal, o que se espera a partir de 11 de Março é a inspiração do poder executivo nestas palavras de Padre António Vieira: “Nós somos o que fazemos. O que não se faz não existe. Portanto, só existimos quando fazemos. Nos dias que não fazemos, apenas duramos”. 

AQUI HÁ FUTURO!

cidadania



estruturados, suportados por uma vontade política com vista a encontrar soluções coletivas para as mudanças necessárias, respeitando o espírito das propostas apresentadas.

O contexto em que hoje se promove a participação pública a nível local é um contexto de grande falta de confiança nos processos participativos. Por um lado, o poder político olha para os cidadãos como grupos organizados de interesses e, portanto, incapazes de pensar o bem comum coletivo, mas também como sujeitos desprovidos de conhecimentos sólidos que lhes permita apresentar ideias e projetos responsáveis, realistas e equilibrados para o território. Por outro lado, a sociedade encara o poder político como um agente pouco sério e transparente nos processos de participação pública, considerando não haver uma verdadeira partilha do poder e da inclusão das ideias e projetos apresentados no desenho final das políticas públicas.

É neste sentido que se tem de dar à participação pública um cunho de disrupção, a capacidade desta gerar confiança em ambas as partes, a implementação de processos participativos que envolvam verdadeiramente os cidadãos, desde a apresentação das suas ideias, opiniões e sugestões até à devolução de resultados que integrem os seus contributos, de forma clara e transparente. Se o resultado de um processo de participação pública gerar confiança, os cidadãos vão

dedicar parte do seu tempo e empenhar-se em encontrar soluções para o bem coletivo; pelo contrário, se o resultado não gerar a confiança necessária ou se se desviar para uma realidade que o cidadão já não controla, facilmente o próprio processo fica descredibilizado, muitas vezes de forma irremediável.

Há, portanto, uma necessidade imperiosa de definir o grau de compromisso da participação pública a nível local, sendo a integração da participação ativa dos cidadãos nos processos de decisão um dos grandes desafios que as autarquias enfrentam hoje em dia.

Um dos desafios passa por encarar a participação pública e o exercício de uma cidadania ativa como uma política pública permanente, que se posicione lado a lado com as restantes políticas públicas dos governos locais.

Em termos gerais, esta questão não é mais do que criar sistemas de participação pública, nos quais se integram naturalmente os processos obrigatórios por lei, bem como os processos de participação pública dinamizados voluntariamente pelo poder político, organizados de forma lógica, coerente e transversal a toda a organização, em que os

cidadãos decidem de que forma e qual o grau de envolvimento que pretendem ter com o poder político.

Haverá cidadãos que apenas querem dar a sua opinião; haverá outros que preferem decidir ou ajudar a decidir políticas públicas; haverá alguns que estarão mais disponíveis para ajudar a planear uma política pública, por exemplo.

A escolha do grau de envolvimento nos processos participativos caberá ao cidadão. A disponibilização de múltiplos processos participativos, integrados numa lógica de sistema, em que todos os processos de interliguem de forma coerente como vasos comunicantes, cabe ao poder político.

O primeiro passo para se atingir este desígnio é haver vontade política. Questão fundamental.

É encarar a participação pública como uma ferramenta de apoio à decisão, como um meio de envolvimento dos cidadãos, como um caminho para a criação de uma sociedade mais inclusiva e mais equilibrada.

É deixar de ter receio de partilhar o poder com os cidadãos, é deixar de ver o exercício de cidadania como um problema para quem tem que decidir politicamente.

Impossível? Não. Difícil? Sem dúvida. 

entrevista

LILIANA REIS

"As nossas qualificações ainda não estão ao nível dos países com que competimos diretamente e com que gostamos de nos comparar, somos pouco produtivos, há pouco capital disponível."



Como especialista em **Relações Internacionais, como vê o Mundo em 2024, em termos de conflitualidade? A tensão crescente na Ásia e o conflito iminente entre a China e os Estados Unidos, a respeito de Taiwan, poderão somar-se-á aos conflitos já existentes no Médio Oriente e na Europa?**

Em 2024, o Mundo enfrenta vários desafios. Alguns que poderão agravar-se e que não tiveram início este ano e outros que poderão precipitar-se. Recentemente os EUA deram um passo crucial para desbloquear a ajuda à Ucrânia no valor de 95 mil milhões de dólares (o qual inclui também, Israel e Taiwan) e que está a aparecer num momento crucial para a Ucrânia.

Relativamente ao conflito Israel-Hamas, a situação é igualmente difícil. Em primeiro lugar, porque há de facto o risco de escalada de conflito para alguns estados da região. O Irão tem tentado desestabilizar a região, não apenas através do Hamas, mas também dos Houthis no Iémen, com ataques permanentes a navios no Mar Vermelho, e através da ação terrorista do Hezbollah no sul do Líbano.

- No que concerne a Taiwan, e depois das eleições que

fizeram antever o pior, parece-nos que nem a China tem, neste momento, vontade de uma confrontação direta com Taiwan. Apesar de não ser excluída devido ao princípio de “uma só China” e a pretensão de reunificação defendida por Xi Jinping, o que é certo é que o presidente Chinês sabe que uma invasão de Taiwan significará uma resposta dos EUA e uma ameaça muito séria à economia mundial, já muito frágil. O que observamos atualmente é a união de algumas médias/grandes potências, como a Rússia, a China, o Irão, o Brasil, África do Sul que contestam a potência hegemónica ou dominante.

Nas palavras de Organski, que nos apresentou a teoria da transição de poder, a guerra é a mais provável, de maior duração e de maior magnitude, quando um desafiante ou vários desafiantes ao poder dominante entram em igualdade aproximada com o Estado dominante e estão insatisfeitos com o sistema existente. Ora, é precisamente a situação que vivemos. Por isso, a percepção da fragilidade norte-americana ou europeia é tão perigosa.

Pode representar a transição do poder e o fim da ordem liberal internacional.

As eleições norte-americanas vão ocorrer em Novembro. Quais são as verdadeiras hipóteses de Donald Trump regressar à Casa Branca? Isso será bom ou mau para o sistema internacional?

Em primeiro lugar, há uma enorme probabilidade dos Republicanos elegerem, nas primárias que estão a decorrer, Donald Trump como o candidato presidencial, e o seu regresso à Casa Branca também, uma possibilidade. Não me parece que o Partido Democrata tenha com Joe Biden, o melhor candidato para enfrentar Donald Trump.

Se a vitória de Donald Trump será boa ou má para o sistema internacional não conseguimos antecipar. Mas sabemos, já, que será negativa para os EUA e para a democracia norte-americana. Repare que Donald Trump tem sido um dos principais veiculadores de desinformação e Fake News relativamente a várias matérias, nomeadamente em relação à Ciência. Por exemplo, a instituição académica, a Alliance for Science (Aliança

LILIANA REIS É PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR E DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA, COMENTADORA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E CABEÇA DE LISTA DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA PELO DISTRITO DE CASTELO BRANCO.

AQUI HÁ FUTURO!

ara a Ciência), da Universidade Cornell, depois de analisar vários artigos, revelou que uma elevada percentagem continha informações falsas relacionadas com a pandemia Covid-19 e que as menções a Trump se situavam nos 37%”.

A nível mundial Donald Trump será muito mais imprevisível, não apenas para os Aliados (os quais já ameaçou com a saída da NATO), mas também para os inimigos e para os competidores estratégicos, o que poderá constituir um elemento acrescido de dissuasão.

Durante os governos de António Costa não pareceu existir uma estratégia clara da nossa diplomacia, a não ser pedir mais dinheiro a Bruxelas. Na sua opinião, como deve posicionar-se Portugal na sua política externa?

Portugal tem 4 Eixos ao nível da Política Externa que devem ser assegurados e desenvolvidos: a Lusofonia, o europeísmo, o atlanticismo, não apenas no aprofundamento das relações institucionais no quadro das respectivas Organizações Internacionais, CPLP, UE e NATO, mas também ao nível bilateral com estados destes três espaços geopolíticos. O quarto elemento que considero fundamental ao nível da Política Externa é a nossa Diáspora. Os portugueses que se encontram espalhados pelo mundo são os nossos primeiros embaixadores e, por isso, é muito importante que o estado português reconheça este legado.

A Aliança Democrática teve oportunidade de integrar no seu programa eleitoral os principais contributos do Conselho Estratégico Nacional com esta “pasta” e responsabilidade, a qual teve oportunidade de integrar e deixamos claro que “num mundo interdependente e em mudança, o posicionamento externo de Portugal é determinante não apenas para a soberania do Estado e para o alinhamento internacional, mas também tem consequências na vida de todos e de cada um de nós. Na nossa segurança, no nosso bem-estar e na nossa liberdade. É, pois, necessária, urgente, uma visão clara, integrada e estratégica para Portugal nas diversas dimensões da Política Externa, dos Assuntos Europeus, das Comunidades Portuguesas e da Diáspora.



Em tempos de turbulência geopolítica, assumimos, com determinação e ambição, uma política externa em que Portugal estará empenhado na construção europeia, no aprofundamento do espaço lusófono, na cooperação atlântica”.

As nossas representações diplomáticas são alvo de muitas críticas. É necessário também uma reforma no Ministério dos Negócios Estrangeiros?

As principais críticas às nossas representações diplomáticas inserem-se na falta de meios, não na qualidade dos nossos Diplomatas. Na verdade, a qualidade dos Diplomatas portugueses é reconhecida e enaltecida em todo o Mundo. Considero, pois, que deve ser alocado uma fatia maior do quadro orçamental ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, para que os nossos Diplomatas possam desempenhar as suas funções com outro tipo de meios e, naturalmente, rever as

prioridades da nossa rede consular.

Na sua opinião, como deve ser gerida a política de imigração em Portugal e na Europa?

Na minha opinião e também subscrita pelo programa Eleitoral da AD, a política de imigração deve ser regulada, humanista e orientada para as necessidades do mercado de trabalho, flexível na sua execução e que permita a entrada legal de imigrantes em território nacional. Vencer a crise demográfica também passa por políticas de integração de imigrantes, e de um olhar atento às

necessidades dos que chegam, sem esquecer aqueles que já cá vivem, os Portugueses.

Uma política de imigração regulada deve simultaneamente acolher, estar atento para cuidar, e investir nas qualificações e no capital humano dos imigrantes acelerando o seu conhecimento cultural, linguístico, o seu capital humano, e assim a sua efetiva integração na comunidade.

O multiculturalismo das nossas sociedades não deve, porém, alienar direitos fundamentais, que são constitucionalmente garantidos. Nem em Portugal, nem na Europa.



O relativismo cultural não deverá sobrepor-se ao universalismo humanista que tem caracterizado as nossas sociedades, nem justificar atos atentatórios da igualdade de género ou dos direitos das crianças.

O etnocentrismo de que muitas vezes temos sido acusados na Europa não poderá turvar a visão que temos do Ser Humano. Na verdade, foram estes valores tributários do iluminismo e da matriz judaico-cristã que permitiram alicerçar os quadros axiológicos e normativos que garantem, hoje, proteção aos cidadãos.

AQUI HÁ FUTURO!

O que fez aceitar o desafio de ser candidata pela AD pelo Circulo Eleitoral de Castelo Branco? Se for eleita, o que trará de novo ao Parlamento?

O primeiro motivo foi o amor que tenho à minha terra e às minhas gentes. Como sabe, sou natural do Fundão e escolhi o Fundão para residir. Em segundo lugar, porque acredito que Portugal precisa de uma mudança quer a nível político, mas também a nível económico. E apenas a AD pode assumir essa mudança e unir Portugal e os Portugueses em torno de um projeto político que devolva a confiança dos cidadãos às instituições políticas mas, também, àqueles que desempenham cargos políticos.

Por fim, a radicalização que se observa da sociedade portuguesa, alimentada pela polarização do debate público e político exige que todos os Democratas digam "Presente", seja para dar a cara, como o fiz, seja para contrariarem essa tendência iniciada PS com o acordo parlamentar com o PCP e o Bloco de Esquerda.

Temos observado que a crispação do debate público atingiu patamares que poderão comprometer a nossa democracia e alienar direitos fundamentais, como o direito à igualdade (pelo ataque a minorias) ou o direito à propriedade privada ("pela habitação, não lhes dêis descanso), ambos inscritos na CRP. Por fim, não me demitirei, nunca, da minha responsabilidade e dever cívico de defender o que considero ser

LILIANA REIS É A CABEÇA DE LISTA DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA POR CASTELO BRANCO, PARA AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS, MARCADAS PARA 10 DE MARÇO.



Liliana Reis

Cabeça de Lista por Castelo Branco

o melhor para a minha região e o meu país.

Se for eleita, posso asseverar que pretendo garantir a coesão territorial, que o território como um todo não é esquecido. Sobretudo, que as especificidades das pessoas, das empresas, ou das instituições (por exemplo as de ensino superior, a UBI ou IPCB) deste território serão respeitadas e ouvidas no procedimento legislativo. Naturalmente, que estou a estudar propostas concretas que pretendo apresentar à coligação que represento, e que irão ao encontro do

Programa de Governo, mas não irão ouvir da minha parte qualquer medida demagógica sem qualquer exequibilidade num programa de governo.

Como fundanense, quais são os principais desafios da interioridade?

O nosso país é muito pequeno. Repare que falar de interioridade já nem deveria fazer sentido nos dias de hoje. Ainda assim, o Fundão e os territórios de baixa densidade enfrentam vários desafios. Desde logo o desafio demográfico. Depois, o desafio da competitividade, não apenas



da redução fiscal na matriz de desenvolvimento local, regional e nacional, mas na aposta da tecnologia e transferência de conhecimento das universidades.

Um programa para a Competitividade tem de forçar dinâmicas efetivas de aposta na tecnologia, seja ao nível da concepção de novas ideias, seja ao nível da acomodação de novas empresas. E Isso apenas, poderá acontecer com uma redução significativa dos impostos. E temos, também, o desafio da inclusão social: a nossa região e o nosso país terão de saber mais do que integrar, incluir de forma positiva os seus cidadãos

Depois o desafio da excelência territorial. As cidades e vilas do interior têm uma oportunidade única de potenciar um novo paradigma de cidades pequenas e médias voltadas para a qualidade, a criatividade, a inovação e a

sustentabilidade ambiental. Verdadeiros centros de modernidade participativa, que façam esquecer a dinâmica asfíxiante das “grandes cidades”.

Um programa territorial para a Modernidade é vital para dar conteúdo estratégico à ocupação do nosso território e à nova vontade de apostar no interior.

Por fim, o Desafio da Modernidade Cultural, através da recuperação da base cultural alicerçada no potencial histórico das nossas aldeias.

O Concelho do Fundão é considerado como um caso de sucesso na atracção de novos casais, a maioria altamente qualificados. A que se deve este sucesso?

O sucesso do Fundão deve-se sobretudo à visão holística e humanista do Presidente da Câmara, Paulo Fernandes, que tem sabido aproveitar todas as oportunidades de captação de Investimento e, simultaneamente, de pessoas.

No entanto a autarquia do Fundão enfrenta também desafios. A população sente que algumas das decisões são, apenas, dirigidas para o exterior e para aqueles que escolhem o Fundão para investir ou viver. É, por isso, crucial que nem a Autarquia nem o Governo se esqueçam daqueles que nasceram cá e por cá querem continuar. Não se esqueçam de todos aqueles que tiveram que sair e um dia esperam regressar. Por isso, referia que o desafio da Inclusão social deve acomodar todos, sem excepção.

Como professora universitária como vê a luta dos professores e o estado da Educação em Portugal?

Como professora universitária o regime de progressão na carreira é por concurso e, por isso, diverge da luta dos professores que temos assistido. Ainda assim, também enfrentamos o problema da precariedade. Relativamente à luta dos professores considero-a justa e necessária. Por isso, defendo a reposição do tempo de serviço, conforme o programa da AD, assim como a dedução em sede de IRS das despesas de alojamento, a desburocratização do trabalho dos professores e medidas de incentivo à fixação de docentes. i

economia

Um Programa de Ambição



ARTUR LIMA
ECONOMISTA

O Programa Económico apresentado pela Aliança Democrática (AD) assenta em quatro pilares que conduzirão à melhoria do nível de vida dos portugueses.

I. Menos impostos sobre as famílias e sobre o investimento.

O choque fiscal de 5 mil milhões de euros, a aplicar pelo governo AD na próxima legislatura, consiste na redução do IRS em três mil milhões de euros, na redução do IRC em 1,5 mil milhões de euros,

correspondendo os restantes 500 milhões de euros a medidas fiscais sobre a habitação.

Importa aliviar a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, da classe média e dos mais jovens, e incentivar o investimento das empresas, motor de crescimento económico, do que resultarão melhorias no consumo das famílias, no emprego e na redução do desemprego.

Esta é uma mudança radical face às políticas seguidas pelo governo PS, que aumentou os impostos sobre os rendimentos do trabalho e sobre o investimento, penalizando a classe média, os jovens e as empresas. O PS encara a receita fiscal como fonte inesgotável de financiamento das políticas públicas, mas ignora a eficiência e a qualidade dos serviços públicos.

Em contraposição, o programa económico da AD é sólido, prudente, equilibrado, justo e exequível, servindo-se da baixa de impostos como instrumento para fazer a economia gerar riqueza e crescer, permitindo ao Estado ter mais recursos para investir nas áreas sociais.

II. Apostar na iniciativa privada e na produtividade

As medidas propostas pela AD visam facilitar a atividade económica, promover a inovação e a competitividade, bem como a internacionalização das empresas portuguesas





Com a simplificação administrativa, a redução da burocracia, a melhoria do sistema de incentivos e de financiamento às empresas, a aposta na formação profissional e na qualificação dos recursos humanos, a valorização do território e dos setores estratégicos, garantir-se-ão maiores níveis de investimento e o crescimento sustentado das exportações.

O PS encara as políticas públicas com uma visão fechada, estatizante e limitada, sem apostar na iniciativa privada e na produtividade, considerando que o Estado é o único agente capaz de garantir o bem-estar social e económico dos portugueses, sem se importar com a eficácia e a qualidade das suas intervenções. Pelo contrário, o programa económico da AD respeita as regras do mercado, as exigências de sustentabilidade e de solidariedade, certos de que o Estado deve ser um parceiro e um facilitador da iniciativa privada e da produtividade, enquanto fontes de riqueza, emprego e mais oportunidades.

III. Melhor Estado, combater a corrupção

As medidas apresentadas

tornarão o Estado mais eficiente, mais transparente, mais justo e mais próximo dos cidadãos, através da reforma da administração pública, da digitalização dos serviços, da descentralização e regionalização, da reforma da justiça, da prevenção e repressão da corrupção, da defesa do interesse público e da promoção da participação cívica das pessoas. Teremos serviços públicos de melhor qualidade, instituições merecedoras da confiança dos cidadãos, maior coesão territorial, e uma democracia mais forte.

O governo PS deteriorou o Estado, alimentou a corrupção com uma gestão dos recursos públicos clientelista, nepotista e partidária, sem preocupação com a ética e a legalidade. A AD considera que o Estado deve garantir aos cidadãos igualdade de oportunidades, transparência, proximidade e justiça, combatendo a corrupção sem tréguas, pois corrói a democracia, apresentando um programa económico realista, pragmático, reformista e democrático.

IV. Uma economia de futuro

Este programa apresenta quatro formas de transição, a

digital, a verde, a demográfica e a social, preparando Portugal para os desafios e oportunidades do século XXI, destacando-se os impactos positivos na competitividade, na sustentabilidade, na qualidade de vida dos portugueses e na coesão social, resultantes de medidas que apostam na ciência, na tecnologia e na educação, na promoção da mobilidade elétrica, das energias renováveis e da economia circular, na valorização da natalidade, da família e da inclusão, e na defesa dos direitos humanos, da diversidade e da coesão.

A AD entende que a economia de futuro é uma oportunidade para Portugal se afirmar como um país moderno, dinâmico, resiliente e solidário, e para dizer que os portugueses são corajosos e não têm medo de mudar para melhor. O programa económico da AD é aberto, europeísta e progressista, defendendo a integração crescente de Portugal nas organizações internacionais, o cumprimento dos compromissos ambientais e a promoção da igualdade e da diversidade.

Em suma... AD é a escolha certa para Portugal. 

política

It's the economy, stupid!



MÓNICA CORREIA
DOUTORANDA EM
COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

A frase ficou famosa na campanha eleitoral de Bill Clinton em 1992, destacando o contexto económico desfavorável da época. Com uma abordagem centrada na economia, Clinton venceu as eleições contra o incumbente George Bush, apesar das altas taxas de aprovação deste último.

Embora os tempos atuais sejam mais complexos e voláteis, as questões económicas ainda têm um impacto direto na vida dos cidadãos. Apesar do ligeiro crescimento económico fraco, as pessoas sentem que as suas condições de vida estão estagnadas ou mesmo a deteriorar-se. A saída da pandemia resultou numa

inflação elevada e num aumento dos custos de vida. A este cenário juntou-se um aumento das taxas de juro como medida corretora da inflação, e uma persistente pressão inflacionista nos bens alimentares e energéticos, o que impacta significativamente a qualidade de vida e a confiança no futuro.

A confiança e a esperança num futuro melhor funcionam como estabilizadores políticos. As questões económicas, por serem tão estruturantes, têm de estar plasmadas em qualquer programa político, mostrando a sua visão do mundo. Contudo, a forma como são comunicadas condiciona a perceção pública da competência do partido.

A comunicação, por influenciar a credibilidade e a confiança dos eleitores, exige cuidado, transparência e consistência na divulgação das medidas propostas.

Uma comunicação assertiva, consistente e transparente não apenas demonstra empenho, responsabilidade e compromisso com o bem-estar económico e com a prosperidade, mas também contribui para fortalecer a confiança dos eleitores.

As medidas económicas podem ser complexas, o que exige esforços para simplificar

conceitos e tornar a mensagem acessível, promovendo a literacia económica e o envolvimento dos cidadãos na política. O líder deve destacar-se pela excelência na comunicação, consolidando uma imagem empática, confiável e competente. A clareza das mensagens facilita a disseminação da visão e fortalece a identidade política do partido. Em oposição, uma comunicação inadequada, dá espaço para que outros partidos distorçam e explorem as fragilidades em benefício próprio, o que pode conduzir a uma perceção distorcida das propostas, prejudicando a imagem do partido perante o público.

Os eleitores podem mudar de voto em resposta a novos argumentos e a novas abordagens, especialmente os indecisos, pelo que é exigida uma atenção cuidada na excelência comunicacional por parte dos partidos.

Estes devem praticar toda a sua influência através de uma comunicação cuidada e eficaz, que permita ativar e converter cidadãos, conquistando a sua simpatia, confiança e apoio, ao mesmo tempo que fomentam um ambiente de debate positivo na opinião pública.

Diversos instrumentos podem (e devem) ser testados para comunicar a mensagem de forma eficaz, **com clareza, transparência e confiança.**

A clareza na apresentação das propostas é um fator determinante para o seu



sucesso. Apenas uma proposta expressa de maneira tão clara que seja compreendida pelo público em geral pode despertar interesse, ter acolhimento e beneficiar de entendimento generalizado. A clara demonstração dos benefícios mas também dos compromissos que são necessários para os alcançar contribui para um correto esclarecimento do problema e para a construção de um capital de confiança e de transparência que poderão vir a ser necessários em situações de crise.

A articulação adequada das ideias, uma linguagem cuidada, direta, acessível e livre de jargão permitirá que a mensagem alcance um público mais amplo.

Mensagens direcionadas: Numa era em que se desdobram e se sobrepõem meios e formas de comunicação, o cidadão comum desenvolveu uma espécie de percepção seletiva, só prestando atenção a

mensagens que lhe despertam o interesse. Definir uma mensagem central clara é essencial, mas não suficiente, esta tem de ser trabalhada para impactar pessoas com diferentes perfis.

Grupos de pessoas com diferentes características sociodemográficas e psicossociais podem partilhar diferentes preocupações, motivações e aspirações, sendo sensíveis a diferentes argumentos. Ao identificar esses grupos, chamados de "targets", torna-se possível conceber mensagens diferenciadas, mais alinhadas com os seus estilos de vida e valores, evitando comunicar tudo a todos, simultaneamente e sobressaindo na economia da atenção.

Criar relação e envolvimento: Diversificar tanto formas quanto meios é uma estratégia essencial para criar um

ambiente favorável ao relacionamento com o eleitor. Manter um diálogo dinâmico com cada grupo-alvo é fundamental para estabelecer uma relação baseada em confiança, transparência e coerência, alinhada com as restantes ações do partido.

Ao compreender as necessidades de cada grupo torna-se possível criar fóruns de participação ativa, com empresários, especialistas e cidadãos comuns, o que constitui uma estratégia importante que promove um ambiente colaborativo onde todos contribuem para a solução, comprometendo-os e corresponsabilizando-os. Esta é outra forma poderosa de fomentar o diálogo e ouvir diferentes perspetivas, demonstrando a vontade de encontrar soluções conjuntas, para além de ser uma excelente fonte de conteúdos para alimentar as diversas plataformas de comunicação. 

livros

O Meu Sá Carneiro de José Miguel Júdice



RODRIGO SOUSA-PINTO
JURISTA

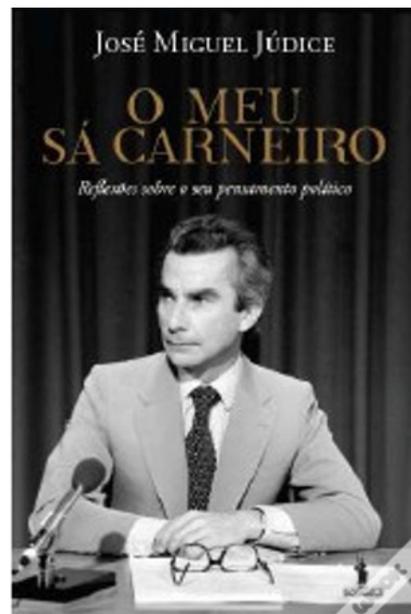
"O Meu Sá Carneiro" é um pequeno livro que nos imerge numa narrativa envolvente e inspiradora. Escrito por José Miguel Júdice, que privou com Sá Carneiro apenas dois anos, é mais que uma biografia convencional: é um testemunho apaixonado e autêntico sobre um dos grandes líderes políticos portugueses do século XX. A habilidade de Júdice em retratar a complexidade e humanidade de Francisco Sá Carneiro é cativante. Desde o início, somos transportados para o mundo do carismático político, da sua vida pessoal, a sua ascensão política e os seus ideais.

Júdice, numa narrativa meticulosa, embora

condensada, combinando o seu conhecimento histórico e pessoal do biografado, prendenos do início ao fim. É admirável a habilidade com que oferece uma mistura equilibrada de factos e emoções. Não apenas o político brilhante e visionário, mas também o homem por detrás da figura pública, com as suas virtudes, vulnerabilidades e paixões. Sendo um pequeno livro, impressiona a profundidade do retrato de Sá Carneiro como figura multifacetada, que Júdice sintetiza, mas sem perder o detalhe. O autor não hesita em explorar a intimidade da sua personalidade, as suas lutas, dúvidas e aspirações. Ao fazê-lo, revela-nos a humanidade do ícone político, tornando-o ainda mais acessível e inspirador ao leitor.

O livro é uma perspectiva pessoal, que não se lê como noutras biografias de pesquisa histórica, mas como uma perspectiva pessoalista, com valiosos detalhes no contexto histórico e social em que viveu Sá Carneiro, destacando as suas contribuições e desafios no meio de um período de transição e mudança, violentamente interrompido e com um impacto que ecoa no íntimo de quem viveu aqueles dias.

É patente a profunda reverência e admiração de Júdice por Sá Carneiro, que o levaria a filiar-se no PSD um ano após a sua morte, mas mantendo a objetividade. Incluindo os momentos difíceis e controversos da vida de Sá



Carneiro, o autor apresenta-os honesta e imparcialmente. A paixão histórica e política de Júdice brilha em cada página, tornando a leitura inspiradora. A narrativa do fervor e energia de Sá Carneiro é contagiosa, instilando nos leitores um profundo apreço pelo legado do líder político e uma maior compreensão das lutas e triunfos que moldaram sua vida.

"O Meu Sá Carneiro" além de uma biografia, é uma homenagem apaixonada a um homem extraordinário e às ideias que defendia teimosamente. É um testemunho eloquente do poder da liderança, coragem e dedicação em face da adversidade. É também uma declaração de amizade a alguém perdido. Relendo-o, voltei a impressionar-me com o legado que Sá Carneiro deixou nos que privaram com ele, permitindo-lhes mante-lo vivo e relevante nos dias de hoje e para todos nós. 

pelos
caminhos de...

Porto Salvo

ARBORIZAÇÃO EM ENTULHO COM REGA AUTOMÁTICA



No passado mês de fevereiro, revisitámos a zona do aterro ilegal feito pelo Município de Oeiras, em zona de Reserva Ecológica de Porto Salvo. Ficámos surpreendidos pelo facto da CMO (embora notificada para tal) não tenha ainda reposto as condições originais do terreno.

Ao invés, o município decidiu plantar árvores e arbustos no próprio entulho e criar um sistema de rega automática. Ora, uma zona de REN, especialmente a de Porto Salvo que cruza leitos de cursos de água com áreas de infiltração merece mais respeito e atenção.

A CMO previa gastar mais de meio milhão de euros para corrigir este atentado - autorizado pelo próprio município - no entanto, prefere continuar a violar pareceres ambientais, nomeadamente a notificação da CCDR LVT, emitido em maio de 2022. i

cartoon

O Conde e o Marquês



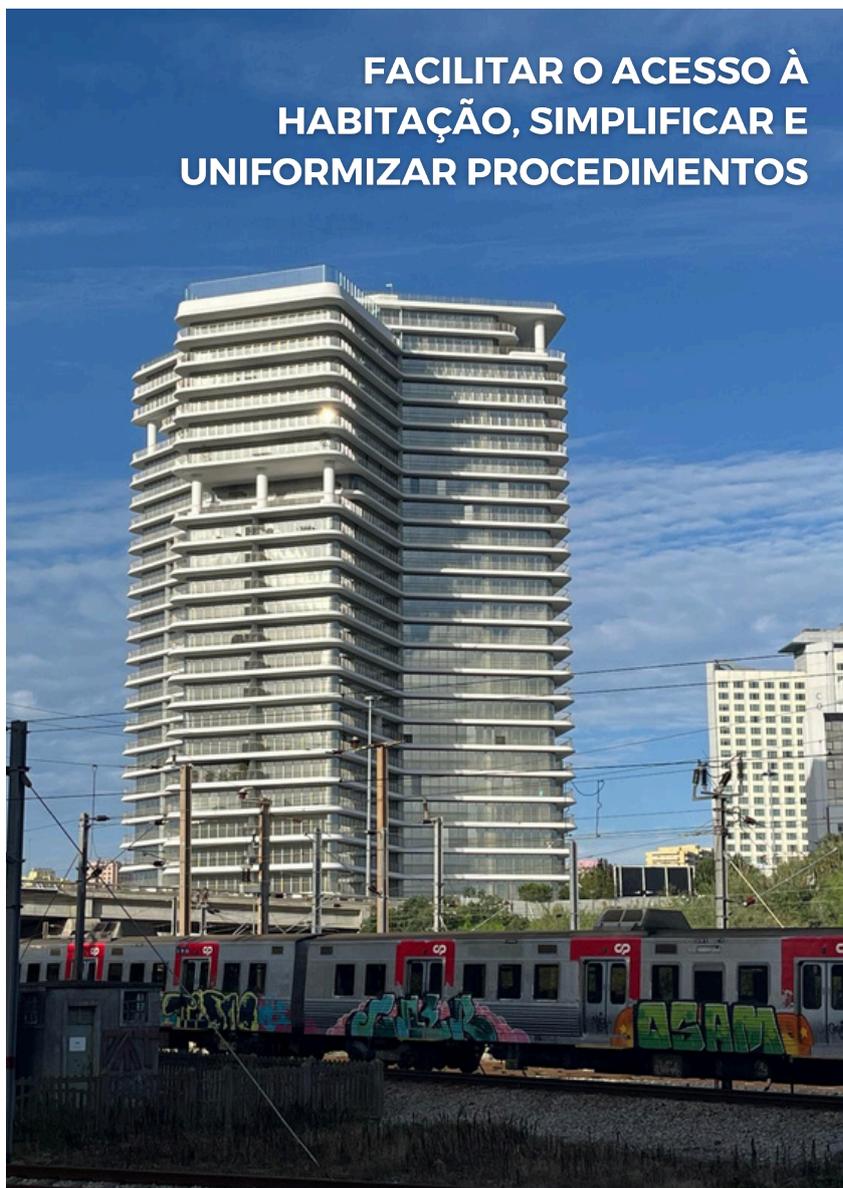
idades com
futuro

O novo Simplex Urbanístico



PEDRO FONSECA
ARQUITETO/URBANISTA

**FACILITAR O ACESSO À
HABITAÇÃO, SIMPLIFICAR E
UNIFORMIZAR PROCEDIMENTOS**



O Decreto-lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, agora conhecido por Simplex Urbanístico, vem descomplicar e uniformizar os procedimentos do setor da construção e licenciamentos em Portugal.

Esta tão aguardada legislação, desenvolvida no âmbito do PRR, vai permitir eliminar uma série de atos administrativos desnecessários, tais como: licenças, autorizações, exigências e procedimentos burocráticos. A auto-responsabilização dos técnicos autores dos projetos é

uma das principais medidas que visa substituir a fiscalização da autoridade pública pelo princípio já consagrado nos termos de responsabilidade civil assinados pelos arquitetos, engenheiros e outros técnicos.

O DL 10/2024, promove a fiscalização em lugar do controlo prévio, clarifica a apreciação do projeto de arquitetura e altera os prazos limitados, de forma a agilizar o deferimento tácito.

A entrada em vigor no passado dia 4 de março de 2024

coloca em prática a generalidade das alterações previstas, nomeadamente no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e Regulamento Geral das Edificações Urbanas, Regime Jurídico dos Instrumentos de estão Territorial, Lei de Bases Gerais da Política Pública dos Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, Regime Jurídico da Reabilitação Urbana e o Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais.



Com a nova legislação eliminam-se licenças e autorizações desnecessárias, com a lógica de chegarmos ao “licenciamento zero”.

Espera-se que este novo modelo de licenciamento aumente a competitividade do país e traga mais investimento nacional e estrangeiro, com especial preocupação para a redução do custo final dos imóveis, sobretudo na habitação.

Deixa de ser necessário a existência de autorização de utilização e a dispensa de autorização dos condóminos para a alteração do uso da fração, quando seja para habitação. Deixa também de existir o alvará de construção, que passa a ser o comprovativo de pagamento das taxas o título urbanístico necessário. Os prazos de construção são ilimitados, desde que devidamente fundamentado.

A nova legislação isenta o controlo prévio de intervenções no interior das frações, de obras de reconstrução ou ampliação, de demolições de edificações ilegais ou de operações de loteamento em área de plano de pormenor municipal.

Destaca-se a aprovação de novos licenciamentos em apenas 15 dias úteis!

Para esta aprovação em tempo recorde, os projetos devem ser submetidos por via de Comunicação Prévia, ou seja, têm que ser entregues todos os projetos de arquitetura e especialidades de engenharia.

Até 2025 passará a ser obrigatório o uso geral por parte das entidades públicas do Sistema Informático para Emissão de Pareceres, algo que para os técnicos deste setor irá

homogeneizar os procedimentos tão diferentes de município para município.

O futuro Código da Construção, cujas linhas orientadoras estão já em elaboração, entrará em vigor em 2026. Outra novidade é a obrigatoriedade dos projetos de arquitetura e engenharia passarem a ser realizados em BIM (Building Information Modeling) a partir de 2030. Os projetos passam a conter várias ferramentas obrigatórias, nomeadamente as características físicas e funcionais da construção, prazos de manutenção, resistência ao fogo, entre outros. Os projetos-piloto em BIM têm início em 2027.

Em resumo, esperamos que esta nova regulamentação urbanística faça diminuir o preço final das habitações, mas não a qualidade e rigor necessários à sua edificação. **i**

